



RELATÓRIO ANUAL

2017



SUMÁRIO

MENSAGEM DO PRESIDENTE	04
PRINCIPAIS INDICADORES DE DESEMPENHO	05
PLANOS DE ATIVIDADES 2018	06
RELAÇÃO DE COLABORADORES	07
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	10
BALANÇO PATRIMONIAL	14
NOTAS EXPLICATIVAS	19
PARECER DO CONSELHO	39
RELATÓRIO DE AUDITORIA	40

MENSAGEM DO **PRESIDENTE**



Gostaria de lembrar que a nossa Cooperativa foi constituída em 20 de Março de 2000, com 35 sócios e que em 2018 completamos a nossa maior idade (18 anos) com uma evolução substancial neste item, alcançando o número de 8.365 sócios. Podemos dizer ainda que ao longo deste tempo celebramos inúmeras conquistas e superamos vários obstáculos como: abertura de 7 agências, sendo a mais recente em Juazeiro ao final do ano passado; reforma das agências de Miguel Calmon e São José do Jacuípe; parcerias com entidades públicas e privadas em cidades onde ainda não possuímos agências, o que nos proporcionou incremento nos negócios. Destacamos também a evolução de alguns dados da cooperativa em 2017: O total de Ativos registrou crescimento de 20% em comparação a 2016 somando R\$ 47.656.807,79; os depósitos totais tiveram uma evolução 26.71% em comparação a 2016; forte crescimento em nossa carteira de crédito alcançando um saldo total de R\$ 12.384.349,00, um incremento de 42.26%. Vamos entregar um resultado menor que o do ano anterior em virtude dos investimentos já citados, necessários e inadiáveis, efetuados em reformas e construção de mais uma agência em Juazeiro.

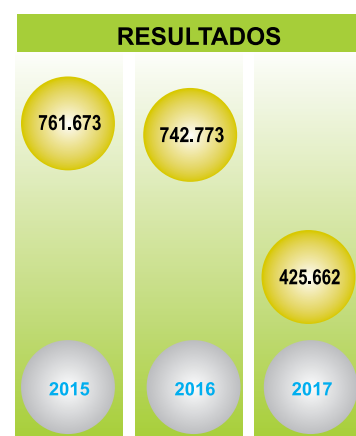
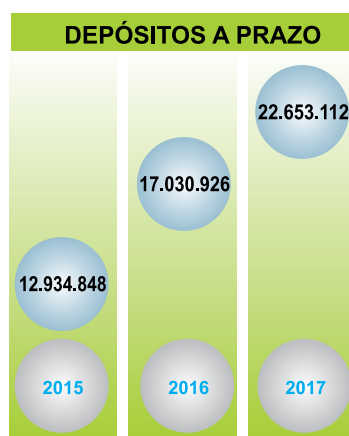
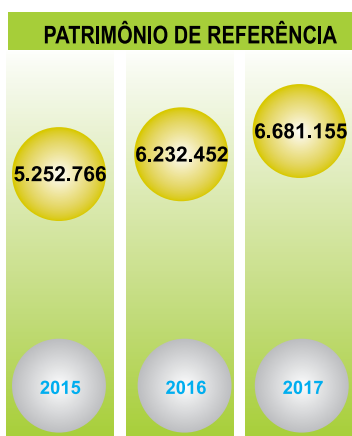
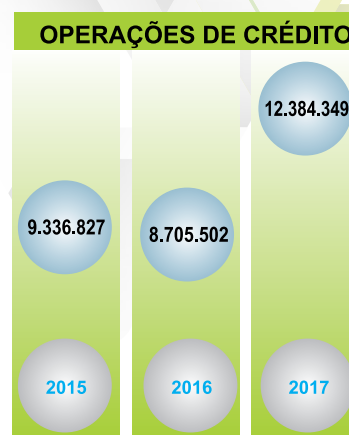
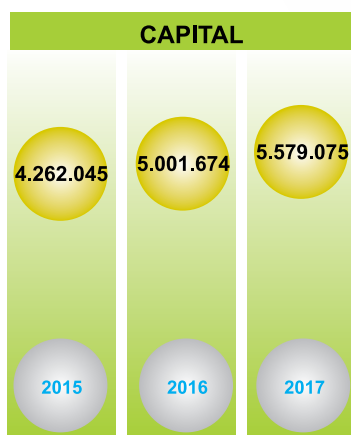
Comemoramos juntamente com o Sistema Bahia e o Sistema Nacional

alguns números dos quais o Sicoob Coopemar fez parte de forma sistêmica: No âmbito nacional em 2017 o Sicoob tem se destacado no mercado financeiro e passou a ser a quinta maior rede de atendimento no Brasil, proporcionando um melhor acolhimento aos seus mais de 4 milhões de associados; registrou um crescimento de 19% em ativos em relação a 2016; alcançou R\$ 18.7 bilhões em patrimônio líquido. No âmbito estadual o Sicoob BA, conseguiu um feito histórico ao alcançar R\$ 1 bilhão de ativos, sendo o maior resultado financeiro já registrado, com crescimento de 52% comparado a 2016. São 49 milhões a serem devolvidos às comunidades de atuação do Sicoob BA, através de reinvestimentos nas cooperativas contribuindo assim com o seu fortalecimento.

Entendemos que estamos no caminho certo, reconhecemos o enorme trabalho que ainda temos pela frente e a certeza que podemos continuar contando com os esforços de todos os funcionários, da Diretoria Executiva, dos membros do Conselho de Administração, de toda equipe do Sicoob Central BA, e sobretudo, da importante e indispensável participação dos nossos associados. Nesta oportunidade aproveito para registrar os meus agradecimentos pela dedicação e pela confiança depositada em nossa gestão.

Vandealdo Teixeira Rios
Presidente do Conselho
de Administração

PRINCIPAIS INDICADORES DE DESEMPENHO





PLANO DE ATIVIDADES 2018

- Intensificar campanha de capitalização 2018;
- Reestruturar o espaço físico das agencias;
- Desenvolver ações de responsabilidade social e ambiental junto a comunidade;
- Ampliar o quadro social do Sicoob Coopemar;
- Intensificar ações que promovam o cumprimento do Planejamento Estratégico;
- Desenvolver a qualificação continuada de dirigentes/ conselheiros e funcionários;
- Estimular a participação da comunidade, através de ações voltadas para o Cooperativismo;
- Intensificar estratégias de expansão da Cooperativa.

Relação de COLABORADORES

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente do Conselho
Conselheiros:

VANDEVALDO TEIXEIRA RIOS
LUCIANO MAIA DE OLIVEIRA
JOCEVAL MOREIRA DE SOUZA
VERA LUCIA NASCIMENTO MENDES
CEZAR AUGUSTO NUNES DE OLIVEIRA
JANOLINO FERNANDES DE OLIVEIRA
ERIVALDO SILVA OLIVEIRA
JOSÉ SILVA DA COSTA
JOZENILDO ALVES RIOS

CONSELHO FISCAL

Coordenador
Membros Efetivos

WALLACE ALVES MENDES DE SOUZA
UESLEN CIRQUEIRA RIOS
JOSÉ MARCOS REIS DA SILVA

Suplentes

LUCAS SILVA FERNANDES DOS SANTOS
SODEVAL RIBEIRO CUNHA
ANTONIO PEREIRA NETO

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Administrativo
Diretora Operacional

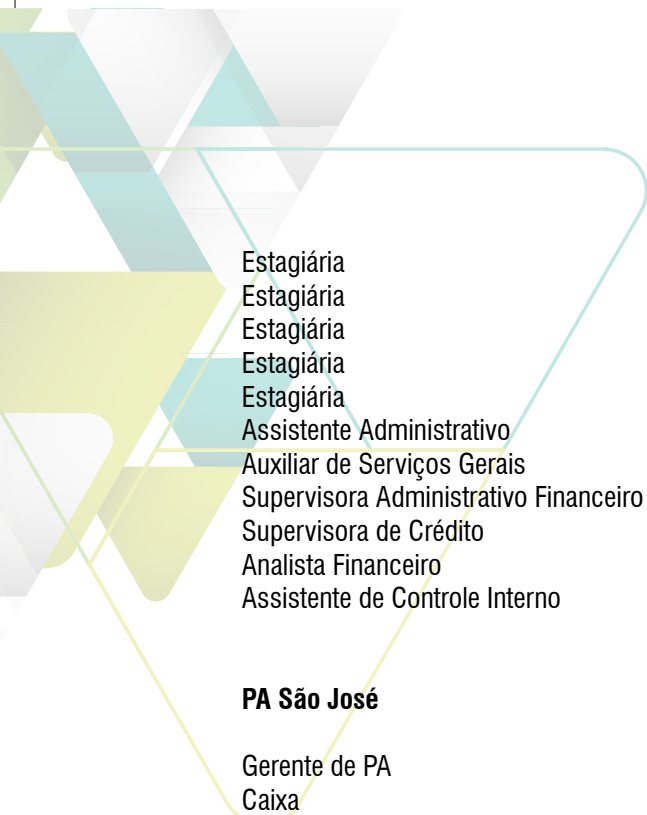
JOÃO ALMEIDA DE OLIVEIRA
LUCIARA ANDRADE DE OLIVEIRA

COLABORADORES

Agência Mairi:

Agente de Atendimento
Analista de Negócios
Caixa
Caixa
Caixa
Caixa
Tesoureiro
Gerente de Relacionamento

JULIANA ARAGAO MASCARENHAS
MALU LIMA CERQUEIRA BORGES
DJALMA LIMA CERQUEIRA
ALEX ALMEIDA SANTOS
CLAUDIANE MACEDO DE SOUZA
JHAMESON MOTA RIOS
EDSON SOUZA DA SILVA SANTOS
JOSIEL AUGUSTA BARBOSA



Estagiária
Estagiária
Estagiária
Estagiária
Estagiária
Assistente Administrativo
Auxiliar de Serviços Gerais
Supervisora Administrativo Financeiro
Supervisora de Crédito
Analista Financeiro
Assistente de Controle Interno

PA São José

Gerente de PA
Caixa
Analista de Negócios
Agente de Atendimento

VALERIA DOS SANTOS OLIVEIRA SILVA
MAIRA JOVELINO BRANDAO SANTOS
JAMILE LIMA NASCIMENTO ALMEIDA
LAVINIA MURITIBA BARROS
NEUCIENE NUNES RIOS
PEDRO PAULO SILVA DE ASSUNÇÃO
ROSICLEI DA SILVA OLIVEIRA
SIMONE MURITIBA REIS SAMPAIO
TAMILLI DE ARAÚJO OLIVEIRA SILVA
THAÍS ALMEIDA RIOS DA SILVA
EVALDO DA SILVA SANTOS

JOSÉ JEOVÁ SEBASTIÃO LOPES
AURICÉLIA OLIVEIRA VILARONGA
CINTHIA VILAS BOAS RIOS
NAIARA VILARONGA FEITOZA

PA Várzea do Poço

Gerente de PA
Caixa
Agente de Atendimento
Auxiliar de Serviços Gerais
Estagiário

CLAUDINÊ SILVA OLIVEIRA
ELIJANE LIMA DA SILVA REIS
KLEUVER OLIVEIRA MATOS DA SILVA
EURIDES SILVA DOS SANTOS
PEDRO DOS SANTOS DA SILVA

PA Serrolândia

Agente de Atendimento
Agente de Atendimento
Caixa
Estagiária

ELVIS SANTOS DA SILVA
SAMARA NERI MACHADO
MICHELLE MARIA NASCIMENTO
LARISSA DE SOUZA ARAUJO

PA Miguel Calmon

Gerente de PA
Agente de Atendimento
Caixa
Auxiliar de Serviços Gerais
Estagiária
Estagiário

DAYSE LEILA OLIVEIRA SILVA
WALQUEILA MENEZES DE SOUZA
ROTSON FÁBIO MARQUES OKUYAMA
RAULITA MENEZES RIOS BACELAR
IZADORA ALMEIDA SILVA
ANDERSON DO NASCIMENTO COSTA

PA Juazeiro

Gerente de PA
Caixa
Caixa
Tesoureiro
Analista de Negócios
Assessor de Negócios
Assistente de Serviços Gerais
Assessor Financeiro
Estagiária

JOSE NEILSON FERREIRA SAMPAIO
RAFAEL SOUZA DA SILVA
RONEYLSON TACIO VIEIRA LIMA
JOSÉ RAIMUNDO VALERIANO DA PAIXÃO
LARISSA COELHO MOREIRA
SILVÂNIA CONCEIÇÃO SERAFIM SOUZA
SONIA LUCY SOLIANO
MARIA DE FÁTIMA GOMES ALVES
IZABELLA SOUZA RIOS

PA Petrolina

Analista de Negócios
Analista de Negócios
Agente de Atendimento
Caixa
Caixa
Caixa
Tesoureiro
Assessor de Crédito
Estagiária

LIDIANE DE LIMA SILVA
CESAR ANTONIO DA SILVA
DARLEY RIVELINO ANTUNES AMORIM
YAN GONÇALVES MACÊDO
JOSIVAL OLIVEIRA COSTA
RYAN HOLLIDAY PEREIRA
CLOVIS NUNES DA COSTA
CLEIDIVANA VIDAL LEITE LINO
LETICIA CERQUEIRA LOPES

PA Juá Garden Shopping

Gerente de PA
Caixa
Tesoureiro
Analista de Negócios
Estagiária

ALBANIZE ALVES DA SILVA
ALEXANDRO DO NASCIMENTO HORAS
JOHN LUBARINO DE BRITO
ESPEDITO JUNIOR GOMES HENRIQUE
MARINA MARIA DA SILVA MOURA

MAIRI

Rua Rui Barbosa, nº 152, Centro – CEP: 44.630-000
Telefone: (74) 3632-2217 – 3632-3113

SÃO JOSÉ DO JACUIPE

Praça da Matriz, nº 396, Centro – CEP: 44.698-000
Telefone: (74) 3675-1380

VÁRZEA DO POÇO

Praça Ariosto Soares Cunha, nº 226, Centro
CEP: 44.715-000 - Telefone: (74) 3639-2415

SERROLÂNDIA

Rua Castro Alves, nº 200, Centro CEP: 44.710-000
Telefone: (74) 3631-2366

MIGUEL CALMON

Praça Lauro de Freitas, nº 280, Centro
CEP: 44.720-000 - Telefone: (74) 3627-2593

JUAZEIRO

Praça Barão do Rio Branco, nº 23, Centro
CEP: 48.903-400 - Telefone: (74) 3611-7520

PETROLINA

Rua Calçadão Bahia, nº 87, Centro CEP: 56.302-350
Telefone: (87) 3862-3609

JUÁ GARDEN SHOPPING

Rod. BR 407 - KM 05 Sala 1032/1033, nº 5318,
Distrito Industrial – CEP: 48.909-901
Telefone: (74) 3614-8587

Relatório da ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do semestre findo em 31/12/2017 da Cooperativa de Crédito de Mairi Ltda. – SICOOB COOPEMAR, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2017 o SICOOB COOPEMAR completou 17 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2017, o SICOOB COOPEMAR obteve um resultado de R\$ 425.662,45 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 6,0%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 28.867.501,95. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 12.384.348,54. A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	R\$ 13.477,98	0,11%
Carteira Comercial	R\$ 12.370.870,56	99,89%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2017 o percentual de 38,2% da carteira, no montante de R\$ 4.732.206,48.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 39.114.984,87, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 26,7%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 16.461.872,39	42%
Depósitos a Prazo	R\$ 22.653.112,48	58%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2017 o percentual de 45,7% da captação, no montante de R\$ 17.869.162,97.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB COOPEMAR era de R\$ 6.681.154,98. O quadro de associados era composto por 7.722 Cooperados, havendo um acréscimo de 27,3% em relação ao mesmo perí-

odo do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do “RATING” (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A Singular passou a utilizar-se dos serviços prestados pela Cobrança Centralizada do SICOOB CENTRAL BA visando padronizar os procedimentos de cobrança de créditos de difícil recuperação.

O SICOOB COOPEMAR adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de aproximadamente 95% nos níveis de “AA” a “C”.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Co-

operativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL BA, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito trienalmente na AGO, com mandato até a AGO de 2019, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB COOPEMAR aderiram, em 2006, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compro-

misso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2016, a Ouvidoria do SICOOB COOPEMAR registrou 07 (sete) manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 07 (sete) reclamações, 03 (três) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito-FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Mairi - BA, 26 de março de 2018.

Atenciosamente,

Cooperativa de Crédito de Mairi Ltda.

João Almeida de Oliveira
Diretor Administrativo

Luciara Andrade de Oliveira
Diretora Operacional

Balanço PATRIMONIAL

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em reais			
ATIVO	Notas	2017	2016
CIRCULANTE		38.236.177,06	33.518.627,05
DISPONIBILIDADES		2.465.881,39	1.580.484,86
CAIXA E BANCO		2.465.881,39	1.580.484,86
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5	-	68.602,85
VINCULADOS A PRESTAÇÃO DE GARANTIAS		-	68.602,85
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	4	28.867.501,95	25.320.156,61
CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA		28.867.501,95	25.320.156,61
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	6.403.169,71	5.195.603,11
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		6.809.562,12	5.679.120,86
(-) PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO		(406.392,41)	(483.517,75)
OUTROS CRÉDITOS	7	443.948,79	1.318.942,16
AVAIS E FIANÇAS HONRADOS		20.805,37	51.800,54
RENDAS A RECEBER		180.938,59	327.175,24
DIVERSOS		271.972,16	1.007.803,95
(-) PROVISÃO PARA OUTROS CRÉDITOS		(29.767,33)	(67.837,57)
OUTROS VALORES E BENS		55.675,22	34.837,46
DESPESAS ANTECIPADAS		55.675,22	34.837,46
NÃO CIRCULANTE		9.420.630,73	6.169.021,66
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		6.331.348,10	3.528.983,31
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5	905.163,70	754.631,35
VINCULADOS A PRESTAÇÃO DE GARANTIAS		905.163,70	754.631,35
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	5.424.776,63	2.774.351,96
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		5.574.786,42	3.026.380,81
(-) PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO		(150.009,79)	(252.028,85)
OUTROS CRÉDITOS	7	1.407,77	-
DIVERSOS		1.407,77	-
PERMANENTE		3.089.282,63	2.640.038,35
INVESTIMENTOS	8	1.243.476,82	1.087.865,83
PARTICIPAÇÕES DE COOPERATIVAS		1.243.476,82	1.087.865,83
IMOBILIZADO DE USO	9	1.688.914,16	1.434.852,28
IMÓVEIS DE USO		589.162,36	620.180,08
INSTALAÇÕES, MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DE USO		676.558,79	479.294,41
OUTROS		423.193,01	335.377,79
INTANGÍVEL	10	156.891,65	117.320,24
SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SOFTWARES		156.891,65	117.320,24
TOTAL DO ATIVO		47.656.807,79	39.687.648,71

PASSIVO		2017	2016
CIRCULANTE		40.553.797,07	33.199.276,13
DEPÓSITOS	11	39.114.984,87	30.868.736,76
DEPÓSITOS A VISTA		16.461.872,39	13.837.810,28
DEPÓSITOS SOB AVISO		256,60	15.778,09
DEPÓSITOS A PRAZO		22.652.855,88	17.015.148,39
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	12	22.932,19	350.269,42
OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS		22.932,19	350.269,42
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	13	133.450,97	887.907,56
RECURSOS EM TRÂNSITO DE TERCEIROS		133.450,97	887.907,56
OUTRAS OBRIGAÇÕES	14	1.282.429,04	1.092.362,39
COBRANÇA E ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS E ASSEMELHADOS		11.178,23	2.315,87
SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS	14.1	228.635,78	244.069,26
FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	14.2	172.287,75	157.176,91
DIVERSAS	14.3	870.327,28	688.800,35
NÃO CIRCULANTE		-	3.528,04
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	12	-	3.528,04
OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS		-	3.528,04
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	7.103.010,72	6.484.844,54
CAPITAL SOCIAL	15a	5.579.074,70	5.001.673,66
RESERVAS DE SOBRAS	15b	1.353.671,05	1.140.839,82
SOBRAS ACUMULADAS	15c	170.264,97	342.331,06
TOTAL DO PASSIVO		47.656.807,79	39.687.648,71

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

JOÃO ALMEIDA DE OLIVEIRA
Diretor Administrativo

LUCIARA ANDRADE DE OLIVEIRA
Diretora Operacional

VALMIR LIMA SILVA
Contador CRC nº023450/O-3

**DEMONSTRATIVO DE SOBRAS OU PERDAS PARA O
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2016**

	Notas	2º Semestre 2017	2017	2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	16	2.155.296,11	4.167.056,34	3.823.746,14
Operações de Crédito		2.119.952,11	4.085.126,84	3.722.639,58
Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	5	35.344,00	81.929,50	101.106,56
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	16	(922.825,68)	(2.020.015,68)	(2.244.296,63)
Operações de Captação no Mercado	11	(768.936,57)	(1.628.613,28)	(1.728.708,97)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		(5.749,34)	(11.809,19)	(24.363,13)
Provisão para Operações de Créditos		(148.139,77)	(379.593,21)	(491.224,53)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	16	1.232.470,43	2.147.040,66	1.579.449,51
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS		(936.780,42)	(1.684.164,60)	(773.905,79)
Ingressos/Receitas de Prestação de Serviços	17	460.974,86	870.351,80	651.313,19
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias	18	697.594,33	1.389.180,66	1.021.271,83
Dispêndios/Despesas de Pessoal	19	(1.377.619,41)	(2.749.350,26)	(2.456.222,74)
Outros Dispêndios/Despesas Administrativas	20	(1.785.282,77)	(3.456.550,97)	(2.719.927,45)
Dispêndios/Despesas Tributárias		(44.039,86)	(84.396,27)	(55.706,76)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4	1.175.637,45	2.490.454,78	2.838.411,90
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	21	88.552,17	264.610,61	221.153,87
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	22	(152.597,19)	(408.464,95)	(274.199,63)
RESULTADO OPERACIONAL		295.690,01	462.876,06	805.543,72
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		-	-	(31.441,09)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO		295.690,01	462.876,06	774.102,63
Imposto de Renda e Contribuição Social		(20.932,06)	(37.213,61)	(31.329,58)
SOBRAS ANTES DAS DESTINAÇÕES		274.757,95	425.662,45	742.773,05
DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS		-	(255.397,48)	(400.441,99)
FATES			(42.566,25)	(126.577)
RESERVAS DE SOBRAS			(212.831,23)	(273.865)
SOBRAS LÍQUIDAS	15d	274.757,95	170.264,97	342.331,06

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2017 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2016**

(Valores expressos reais – R\$)

Eventos	Capital	Reservas de Sobras	Sobras Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Fundo de Reserva		
Saldo em 31/12/2015	4.262.044,90	866.974,97	353.208,20	5.482.228,07
Destinação de Sobras Exercício Anterior:				
Ao Capital	352.388,18		(352.388,18)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados			(820,02)	(820,02)
Movimentações de Capital:				
Por Subscrição/Realização	571.142,91			571.142,91
Por Devolução (-)	(183.902,33)			(183.902,33)
Sobras ou Perdas Líquidas			742.773,05	742.773,05
Fates Atos Não Cooperativos			(58.110,93)	(58.110,93)
Destinação das Sobras do Exercício:				
Fundo de Reserva		273.864,85	(273.864,85)	-
F A T E S			(68.466)	(68.466,21)
Saldos em 31/12/2016	5.001.673,66	1.140.839,82	342.331,06	6.484.844,54
Saldo em 31/12/2016	5.001.673,66	1.140.839,82	342.331,06	6.484.844,54
Destinação de Sobras Exercício Anterior:				
Ao Capital	339.188,98		(339.188,98)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados			(3.142,08)	(3.142,08)
Movimentações de Capital:				
Por Subscrição/Realização	661.842,55			661.842,55
Por Devolução (-)	(423.630,49)			(423.630,49)
Sobras ou Perdas Líquidas			425.662,45	425.662,45
Destinação das Sobras do Exercício:				
Fundo de Reserva		212.831,23	(212.831,23)	-
F A T E S			(42.566,25)	(42.566,25)
Saldos em 31/12/2017	5.579.074,70	1.353.671,05	170.264,97	7.103.010,72
Saldo em 30/06/2017	5.356.031,69	1.140.839,82	150.904,50	6.647.776,01
Movimentações de Capital:				
Por Subscrição/Realização	387.793,50			387.793,50
Por Devolução (-)	(164.750,49)			(164.750,49)
Sobras ou Perdas Líquidas			274.757,95	274.757,95
Destinação das Sobras do Exercício:				
Fundo de Reserva		212.831,23	(212.831,23)	-
F A T E S			(42.566,25)	(42.566,25)
Saldos em 31/12/2017	5.579.074,70	1.353.671,05	170.264,97	7.103.010,72

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E PARA O EXERCÍCIO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO 2016

	2º Semestre 2017	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Sobras/(perdas) líquidas antes do imposto de renda e da contribuição social.	295.690,01	462.876,06	774.102,63
Ajustes as sobras/perdas líquidas: (não afetaram o caixa)	307.531,51	681.945,07	765.577,86
Despesas de depreciação e amortização.....	180.323,80	339.565,47	305.682,91
Apuração de resultado da contribuição social - CSLL	(11.266,82)	(19.769,73)	(14.685,74)
Apuração de resultado da contribuição social - IRPJ	(9.665,24)	(17.443,88)	(16.643,84)
Provisão para Operações de Crédito	148.139,77	379.593,21	491.224,53
Variações patrimoniais: (afetaram o resultado/receitas e despesas)	369.380,73	3.884.226,76	6.524.442,40
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.....	(35.344,00)	(81.929,50)	(101.106,56)
Relações interfinanceiras e interdependências.....	(724.375,58)	(1.085.321,86)	278.841,84
Operações de crédito.....	(2.703.093,44)	(4.237.584,48)	18.584,36
Outros créditos.....	(108.708,55)	873.585,60	(942.089,16)
Outros valores e bens.....	(32.613,24)	(20.837,76)	(13.934,26)
Depósitos	3.868.558,88	8.246.248,11	7.048.012,09
Outras obrigações	104.956,66	190.066,65	236.134,09
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	972.602,25	5.029.047,89	8.064.122,89
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Baixa imobilizado de uso.....			
Aquisição de investimentos.....	(39.981,36)	(155.610,99)	(183.593,57)
Aquisição de imobilizado de uso.....	(117.742,74)	(554.098,68)	(436.537,42)
Aplicação no Intangível.....	(19.100,08)	(79.100,08)	(270,07)
Aplicações no diferido	-	-	233.102,65
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(176.824,18)	(788.809,75)	(387.298,41)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Variações patrimoniais:	180.476,76	192.503,73	259.843,42
Aumento por novos aportes de Capital.....	387.793,50	661.842,55	571.142,91
Devolução de Capital à Cooperados.....	(164.750,49)	(423.630,49)	(183.902,33)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas a Pagar.....	-	(3.142,08)	(820,02)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos.....	-	-	(58.110,93)
FATES Sobras Exercício.....	(42.566,25)	(42.566,25)	(68.466,21)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	180.476,76	192.503,73	259.843,42
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	976.254,83	4.432.741,87	7.936.667,90
Aumento líquido de caixa e de equivalentes de caixa	976.254,83	4.432.741,87	7.936.667,90
Caixa e equivalentes de caixa no início do período.....	30.357.128,51	26.900.641,47	18.963.973,57
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período.....	31.333.383,34	31.333.383,34	26.900.641,47

NOTAS EXPLICATIVAS

ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE MAIRI LTDA – SICOOB COOPEMAR, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 23/11/2000, filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA – SICOOB CENTRAL BA e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB COOPEMAR possui a agência Sede localizada em MAIRI-BA e postos de atendimento (PAs) nas seguintes localidades: SÃO JOSÉ DO JACUIPE – BA, VÁRZEA DO POÇO – BA, SERROLÂNDIA – BA, MIGUEL CALMON – BA, PETROLINA – PE e 2 PONTOS DE ATENDIMENTO EM JUAZEIRO – BA

O SICOOB COOPEMAR tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 20/03/2018.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

d) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de

pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

e) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL BA e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

f) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

g) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

h) Relações interfinanceiras passivas

Os repasses interfinanceiros são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando pré-fixado.

i) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferi-

das, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

j) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

l) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

m) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2017 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

n) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidades	2.465.881,39	1.580.484,86
Relações interfinanceiras	28.867.501,95	25.320.156,61
Centralização financeira (a)	28.867.501,95	25.320.156,61
TOTAL	31.333.383,34	26.900.641,47

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL BA conforme art. 24 da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31/12/2017 e 31/12/2016 foram respectivamente R\$ 2.490.454,78 e R\$ 2.838.411,90, com taxa média de 98% do CDI nos respectivos períodos.

5. Títulos e valores mobiliários

Referem-se às aplicações em Recibos de Depósitos Cooperativos – RDC no SICOOB CENTRAL BA, cujos os rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31/12/2017 e 31/12/2016 foram respectivamente R\$ 81.929,50 e R\$ 101.106,56, com taxa média de 100% do CDI nos respectivos períodos. O recurso está bloqueado como garantia para operações com cartão de crédito de seus associados.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2017			31/12/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	138.422,44	-	138.422,44	115.431,70
Empréstimos	4.306.155,54	5.015.246,44	9.321.401,98	5.729.105,07
Títulos Descontados	1.876.048,21	0,00	1.876.048,21	1.618.501,33
Financiamentos	475.457,95	559.539,98	1.034.997,93	905.464,88
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	13.477,98	-	13.477,98	336.998,69
Total Operação de Crédito	6.809.562,12	5.574.786,42	12.384.348,54	8.705.501,67
(-) Provisões para Operações de Crédito	(406.392,41)	(150.009,79)	(556.402,20)	(735.546,60)
TOTAL	6.403.169,71	5.424.776,63	11.827.946,34	7.969.955,07

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/199

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
AA - Normal	385.597,65	0,00	0,00	0,00	385.597,65		0,00	
A 0,5% Normal	5.644.980,94	165.802,43	401.299,81	2.150,62	6.214.233,80	(31.071,17)	4.491.785,53	(22.458,93)
B 1% Normal	3.566.840,94	291.106,66	411.663,19	8.385,28	4.277.996,07	(42.780,19)	2.558.713,98	(25.587,14)
B 1% Vencidas	78.690,29	284,30	15.221,54	0,00	94.196,13	(941,96)	9.615,30	(96,15)
C 3% Normal	334.832,23	173.747,16	193.678,02	857,19	703.114,60	(21.093,44)	653.506,15	(19.605,18)
C 3% Vencidas	108.255,47	2.332,58	13.135,37	0,00	123.723,42	(3.711,70)	41.093,40	(1.232,80)
D 10% Normal	13.145,03	20.817,60	0,00	0,00	33.962,63	(3.396,26)	62.945,83	(6.294,58)
D 10% Vencidas	32.773,17	3.646,45	0,00	0,00	36.419,62	(3.641,96)	15.941,54	(1.594,15)
E 30% Normal	5.657,49	8.000,00	0,00	0,00	13.657,49	(4.097,25)	59.383,00	(17.814,90)
E 30% Vencidas	52.497,64	3.715,61	0,00	0,00	56.213,25	(16.863,98)	83.524,82	(25.057,45)
F 50% Normal	3.382,44	1.037,90	0,00	0,00	4.420,34	(2.210,17)	164.640,10	(82.320,05)
F 50% Vencidas	10.821,62	1.089,86	0,00	0,00	11.911,48	(5.955,74)	20.936,36	(10.468,18)
G 70% Normal	0,00	11.185,24	0,00	0,00	11.185,24	(7.829,67)	31.750,33	(22.225,20)
G 70% Vencidas	1.907,61	14.452,74	0,00	0,00	16.360,35	(11.452,24)	36.244,81	(25.371,37)
H 100% Normal	109.607,94	76.400,00	0,00	2.084,89	188.092,83	(188.092,83)	135.293,65	(135.293,65)
H 100% Vencidas	128.787,45	84.476,19	0,00	0,00	213.263,64	(213.263,64)	340.126,87	(340.126,87)
Total Normal	10.064.044,66	748.096,99	1.006.641,02	13.477,98	11.832.260,65	(300.570,98)	8.158.018,57	(331.599,66)
Total Vencidas	413.733,25	109.997,73	28.356,91	0,00	552.087,89	(255.831,22)	547.483,10	(403.946,97)
Total Geral	10.477.777,91	858.094,72	1.034.997,93	13.477,98	12.384.348,54	(556.402,20)	8.705.501,67	(735.546,60)
Provisões	(346.844,10)	(194.873,15)	(12.479,74)	(2.205,21)	(556.402,20)		(735.546,60)	
Total Líquido	10.130.933,81	663.221,57	1.022.518,19	11.272,77	11.827.946,34		7.969.955,04	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	1.951.798,41	2.492.779,57	5.015.246,44	9.459.824,42
Títulos Descontados	1.701.098,49	174.949,72	0,00	1.876.048,21
Financiamentos	144.357,79	331.100,16	559.539,98	1.034.997,93
Financiamentos Rurais	13.477,98	0,00	0,00	13.477,98
TOTAL	3.810.732,67	2.998.829,45	5.574.786,42	12.384.348,54

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2017	% da Carteira
Setor Privado – Comércio	214.046,76	656.389,21	276.274,70	0,00	1.146.710,67	9%
Setor Privado – Indústria	39.606,10	127.646,52	0,00	0,00	167.252,62	1%
Setor Privado – Serviços	270.528,71	1.564.827,07	631.121,00	0,00	2.466.476,78	20%
Pessoa Física	313.510,88	6.964.623,23	866.522,67	13.477,98	8.158.134,76	66%
Outros	20.402,27	323.241,60	102.129,84	0,00	445.773,71	4%
TOTAL	858.094,72	9.636.727,63	1.876.048,21	13.477,98	12.384.348,54	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	(735.546,60)	(857.062,99)
Constituições/Reversões no período	(320.896,84)	(450.845,91)
Transferência para prejuízo/Reversões de prejuízo no período	500.041,24	572.362,30
TOTAL	(556.402,20)	(735.546,60)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Devedor	194.962,40	1,57%	172.644,17	1,97%
10 Maiores Devedores	1.463.321,59	11,80%	1.109.817,64	12,67%
50 Maiores Devedores	4.578.296,67	36,91%	3.226.046,05	36,84%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	2.135.388,00	1.742.021,15
Valor das operações transferidas no período	556.156,30	574.591,76
Valor das operações recuperadas no período	(249.567,54)	(181.224,91)
TOTAL	2.441.976,76	2.135.388,00

h) Operações renegociadas:

Em 31 de dezembro de 2017, a carteira de operações de crédito renegociadas totalizava R\$ 116.171,98, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
Ativo Circulante	473.706,12	1.386.779,73
Avais e Fianças Honrados	20.805,37	51.800,54
Rendas a Receber	180.928,59	327.175,24
Serviços Prestados a Receber	22.539,09	38.646,66
Centralização Financeira (a)	158.223,29	277.424,41
Rendas Convênios a Receber - Inss	166,21	11.104,17
Diversos	271.972,16	1.007.803,95
Adiantamentos e antecipações salariais	9.987,57	5.626,48
Adiantamentos Para Pagamentos de Nossa Conta	3.500,00	15.000,00
Adiantamento por Conta de Imobilizações	0,00	97.080,22
Impostos e Contribuições a Compensar	1.531,45	900,08
Pagamentos a Ressarcir	128.460,98	0,00
Sem Características de Concessão de Crédito(b)	106.012,52	73.811,88
Devedores Diversos – País	23.887,41	815.384,39
(-) Provisões Para Outros Créditos (C)	(29.767,33)	(67.837,57)
(-) Sem Características de Concessão de Crédito	(17,70)	(17,70)
(-) Provisão para tarifas pendentes	(11.932,05)	(32.158,53)

(-) Avais e Fianças Honrados	(17.817,58)	(35.661,34)
Ativo Não Circulante	1.407,77	0,00
Diversos	1.407,77	0,00
Impostos e Contribuições a Compensar	1.407,77	0,00
TOTAL	445.346,56	1.318.942,16

(a) Refere-se à remuneração da centralização financeira a receber;

(b) Refere-se a títulos e créditos a receber R\$ 59,00 e valores a receber de tarifas (R\$ 106.012,52).

(c) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa, para as operações que apresentam característica de concessão de crédito, foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

8. Investimentos

O saldo é representado por participações em quotas do SICOOB CENTRAL BA e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Participações em quitas – Sicoob Central BA	903.478,78	785.642,63
Participações em ações – Bancoob	339.998,04	302.223,20
TOTAL	1.243.476,82	1.087.865,83

9. Imobilizado de uso

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Taxa Depreciação
Edificações	775.443,21	775.443,21	4%
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	(186.280,85)	(155.263,13)	
Instalações	864.130,82	726.058,34	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(557.044,08)	(422.949,68)	
Móveis e equipamentos de Uso	574.027,40	345.750,08	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(204.555,35)	(169.564,33)	
Sistema de Comunicação	21.282,14	12.888,48	10%
Sistema de Processamento de Dados	560.559,50	475.230,08	20%
Sistema de Segurança	255.157,76	201.877,77	10%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(413.806,39)	(354.618,54)	
TOTAL	1.688.914,16	1.434.852,28	

10. Intangível

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Outros Ativos Intangíveis (a)	348.874,22	329.774,14
Direito de uso	60.000,00	-
(-) Amortização Acum. De Ativos Intangíveis	(251.982,57)	(212.453,90)
TOTAL	156.891,65	117.320,24

(a) O valor registrado na rubrica “Intangível” refere-se a licença de uso do Sistema de Informática do Sicoob – Sisbr, adquirida em 30/06/2009, da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. – Sicoob Confederação. Na mesma data, a Central cedeu

exclusivamente às suas filiadas (cooperativas singulares associadas), devidamente autorizado pelo Sicoob Confederação, com prazo de até 31 de maio de 2019, o direito de uso do Sisbr, licenças de Windows e antivírus.

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por seu Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resolução CMN nº 4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Depositante	2.113.795,92	5,40%	1.244.816,91	4,05%
10 Maiores Depositantes	9.281.125,66	23,73%	7.363.075,40	23,98%
50 Maiores Depositantes	18.900.272,75	48,32%	15.528.665,12	50,57%

Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(639,61)	(1.664,71)
Despesas de Depósitos a Prazo	(1.576.393,51)	(1.685.456,75)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(51.580,16)	(41.587,51)
TOTAL	(1.628.613,28)	(1.728.708,97)

12. Relações Interfinanceiras – Obrigações por Repasses Interfinanceiros

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto ao Bancoob para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2017	31/12/2016
Recursos do Bancoob	6,75%	17/01/2018	23.002,14	366.325,43
(-) Despesa a apropriar Bancoob			(69,95)	(12.527,97)
TOTAL			22.932,19	353.797,46

13. Relações Interdependências

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Concessionários de Serviços Públicos (a)	14.964,05	14.199,07
Outros (b)	118.486,92	873.708,49
TOTAL	133.450,97	887.907,56

(a) Trata-se de valores arrecadados pela cooperativa de convênios de saneamento a serem repassados para concessionária.

(b) Trata-se de valores de convênios com prefeituras para repasses de salários e liquidações de operações. No exercício 2017 foi realizada a conciliação contábil da liquidação de operações de empréstimos e pagamentos de folha pendentes de conciliação no exercício 2016.

14. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	11.178,23	2.315,87
Sociais e Estatutárias	228.635,78	244.069,26
Fiscais e Previdenciárias	172.287,75	157.176,91
Diversas	870.327,28	688.800,35
TOTAL	1.282.429,04	1.092.362,39

14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Resultado de Atos com Associados (a)	100.760,77	90.087,62
Resultado de Atos com Não Associados (a)	72.623,77	113.774,28
Cotas de Capital a Pagar (b)	55.251,24	40.207,36
TOTAL	228.635,78	244.069,26

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

14.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	2.522,36	9.647,15
Impostos e contribuições s/ serviços de terceiros	20.419,64	14.734,43
Impostos e Contribuições s/ salários	67.035,94	60.157,88
Outros (a)	82.309,81	72.637,45
TOTAL	172.287,75	157.176,91

(a) Referem-se a IRRF s/ aplicações financeiras (R\$ 6.381,16), ISSQN a recolher (R\$ 73.349,51), Pis s/ Faturamento (R\$ 340,63) e Cofins s/ Faturamento (R\$ 2.238,51).

14.3 Diversas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	598,50	0,00
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	356.697,17	185.113,76
Despesa de Pessoal (a)	217.196,70	181.106,25
Outras despesas administrativas (b)	169.357,13	133.156,48
Provisão para Passivos Contingentes	0,00	4.622,67
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (c)	14.964,30	0,00
Credores Diversos – País (d)	111.513,48	184.801,19
TOTAL	870.327,28	688.800,35

(a) referem-se à provisão para pagamento de: Férias (R\$ 134.528,47), INSS s/ férias (R\$ 34.573,81); FGTS s/ férias (R\$ 10.762,28), Pis s/ férias (R\$ 1.345,24); Bonificação Anual (R\$ 35.986,90).

(b) referem-se à provisão para pagamento de: Água/Energia/Gás (R\$ 8.416,00); Aluguéis (R\$ 13.828,07); Comunicações (R\$ 16.129,58); Processamento de Dados (R\$ 270,00); Segurança e Vigilância (R\$ 1.475,65); Transporte (R\$ 19.520,79); Seguro (R\$ 3.269,96); Plano de Saúde (R\$ 21.057,93); Compensação (R\$ 13.166,10); Seguro Prestamista (R\$ 37.770,14), Provisão de Despesas com Cartões (R\$ 10.753,13); Outras Despesas Administrativas (R\$ 23.699,78).

(c) refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de Dezembro de 2017, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 1.014.368,40 (R\$ 65.553.464,31 em 31/12/2016), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(d) referem-se a pendências a regularizar (R\$ 1.046,28); Diferença de Caixa (R\$ 2.842,98); Créditos de terceiros (R\$ 6.124,68); Cheques depositados (R\$ 6.593,00) e Credores diversos liquidação de cobrança (R\$ 94.906,54).

15. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	5.579.074,70	5.001.673,66
Associados	7.722	6.067

b) Reserva de sobras – Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 50%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 09 de abril de 2017, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 339.188,98

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Sobras brutas do exercício	425.662,45	742.773,05
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	-	(58.110,93)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	425.662,45	684.662,12
Destinações estatutárias	(255.397,48)	(342.331,06)
Reserva legal - 50%	(212.831,23)	(68.466,21)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	(42.566,25)	(273.864,85)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	170.264,97	342.331,06

16. Ingressos/Dispêndios da Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	212.898,69	157.163,92
Rendas de Empréstimos	2.774.411,70	2.501.063,92
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	557.911,07	608.177,22
Rendas de Financiamentos	272.192,80	231.614,64
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Rec. Direcionados à vista (obrigatórios)	697,38	0,00
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Rec. Direcionados da Poupança Rural	5.187,26	0,00

Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas e Refinanc	7.430,09	24.844,68
Rendas c/ Tít.Valores Mobil. e Instrumentos Financ.	81.929,50	101.106,56
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	254.397,85	199.775,20
Total de Ingressos de Intermediação Financeira	4.167.056,34	3.823.746,14
Despesa de Depósito Aviso Prévio	(639,61)	(1.664,71)
Despesas de Depósito a Prazo	(1.576.393,51)	(1.685.456,75)
Contribuição Ordinária – FGCoop	(51.580,16)	(41.587,51)
Despesas de Obrigações por Emp. E repasses	(11.809,19)	(24.363,13)
Provisão para Operações de Crédito	(379.593,21)	(491.224,53)
Total de Despesas de Intermediação Financeira	(2.020.015,68)	(2.244.296,63)
Resultado da Intermediação Financeira	2.147.040,66	1.579.449,51

17. Rendas de Serviços

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Rendas de Cobrança	242.617,85	169.295,40
Rendas de Garantias prestadas	-	335,27
Outras rendas de serviços - Atos cooperativos	30.151,27	110.106,04
Outras rendas de serviços - Atos não cooperativos	597.582,68	371.576,48
TOTAL	870.351,80	651.313,19

18. Rendas de Tarifas Bancárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Rendas de Pacotes de Serviços – PF	422.322,80	341.642,80
Rendas de Serviços Prioritários – PF	255.891,60	218.640,90
Rendas de Serviços Diferenciados – PF	286,05	76,42
Rendas de Tarifas Bancárias – PJ	710.680,21	460.911,71
TOTAL	1.389.180,66	1.021.271,83

19. Despesas de Pessoal

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de Honorários	(377.755,74)	(341.996,22)
Despesas de Pessoal – Benefícios	(305.897,49)	(241.113,02)
Despesa de Pessoal – Encargos Sociais	(580.268,86)	(527.486,84)
Despesa de Pessoal – Proventos	(1.380.923,01)	(1.288.614,14)
Despesa de Pessoal – Treinamento	(7.528,00)	(9.438,10)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(96.977,16)	(47.574,42)
TOTAL	(2.749.350,26)	(2.456.222,74)

20. Despesas Administrativas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de Água, Energia e Gás	(89.965,16)	(80.493,86)
Despesas de Aluguel	(189.461,86)	(144.334,06)
Despesas de Comunicações	(251.976,83)	(237.977,49)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(52.508,61)	(19.270,12)
Despesas de Material	(39.947,72)	(23.065,52)
Despesas de Processamento de Dados	(238.764,90)	(186.157,24)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(16.874,12)	(11.229,44)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(57.170,81)	(37.649,40)
Despesas de Seguros	(74.900,65)	(41.607,61)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(535.390,96)	(628.852,98)
Despesas de Serviços de Terceiros	(105.530,10)	(93.532,37)

Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(76.988,05)	(51.281,87)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(386.973,22)	(47.246,69)
Despesa de Transporte	(184.573,96)	(167.080,01)
Despesa de Viagem no Exterior	(807,01)	-
Despesa de Viagem no País	(127.776,05)	(103.121,11)
Outras Despesas Administrativas	(1.026.940,96)	(847.027,68)
TOTAL	(3.456.550,97)	(2.719.927,45)

21. Outros ingressos/Receitas Operacionais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Recuperação de Encargos e Despesas	34.179,33	23.164,64
Outras	145,12	674,51
Rendas Juros Cartão de Crédito	42.865,77	48.619,38
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	11.480,33	16.749,02
Crédito Receita SIPAG – Faturamento	8.076,21	3.199,53
Crédito Receita SIPAG – Antecipação	40.311,19	4.940,81
Rendas Intercâmbio - Cartão de Crédito	16.972,98	17.258,50
Rendas Intercâmbio - Cartão de Débito	15.187,88	6.525,69
Atualização de Depósitos Judiciais	204,37	814,17
Deduções e abatimentos	421,68	0,00
Distribuição de Sobras da Central	45.623,94	0,00
Outras Rendas Operacionais	49.141,81	99.207,62
TOTAL	264.610,61	221.153,87

22. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas com provisões passivas	(10.471,75)	(723,67)
Descontos Concedidos em Operações de Crédito	(4.627,48)	(7.050,14)
Bonificação de Seguro Prestamista	(15,00)	(17,50)
Despesa com Multa e Juros Diversos	(472,79)	(88,88)
Despesa de Operações com INSS	(3.037,11)	(546,75)
Despesas Tarifas Recebimentos Convênios	-	(2.055,58)
Despesa com Tarifas Consultas/Saques Cirrus Cabal	(99,20)	(244,20)
Despesa de Cancelamento – Tarifas pendentes	(164.607,56)	(135.873,92)
Fundo de desenvolvimento	(67.102,56)	(69.505,14)
Despesa de repasse mensagens sms- Cartões	(431,42)	-
Outras Despesas Operacionais	(143.484,85)	(34.563,64)
Estorno Juros Mora – Oper. Crédito – RPL	(438,61)	(14,75)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	(2.939,55)	(1.412,02)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	(2.255,19)	(1.124,61)
Perdas por Fraudes Externas	-	(20.978,83)
Perdas Danos Ativos Físicos	(2.427,86)	-
Perdas Falhas de Gerenciamento	(6.054,02)	-
TOTAL	(408.464,95)	(274.199,63)

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das

operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2017:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	1.465.064,48	2,55%	2.264,81
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	1.127.661,75	1,96%	4.405,42
TOTAL	2.592.726,23	4,5%	6.670,23
Montante das Operações Passivas	798.798,23	3,16%	

Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2017:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	6.494,48	149,17	2%
Conta Garantida	62.713,58	902,64	12%
Empréstimo	232.358,83	2.620,66	3%
Títulos Descontados	101.446,76	507,24	5%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	117.477,40	0,72%	0%
Depósitos a Prazo	1.975.336,48	8,72%	0,47%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Desconto de Cheques	3,23%	3,23%
Empréstimos	3,06%	3,06%
Financiamentos	1,50%	1,50%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	85,01%	85,01%

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2017	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	1,94%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	3,95%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos e Financiamentos	243.200,00

No exercício de 2017 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram

representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2017 (R\$)	
Honorários	(260.494,92)
Cédula de Presença Conselho de Administração	(43.890,06)
Gratificações	(52.480,94)
INSS	(75.550,87)
FGTS	(22.638,86)
INSS	(71.373,18)

24. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE MAIRI LTDA - SICOOB COOPEMAR, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA - SICOOB CENTRAL BA, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL BA, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL BA a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB COOPEMAR responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL BA perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL BA, em 31/12/2016, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 03 de fevereiro de 2017, com opinião sem modificação.

A auditoria das demonstrações do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 está em andamento.

25. Gerenciamento de Risco

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN n.º3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criado no Sicoob Confederação, a Superintendência de Gestão de Risco e Capitais, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

25.1 Estrutura de Gerenciamento dos Riscos de Mercado e de Liquidez do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da Cooperativa de Crédito de Mairi – Sicoob Coopemar, objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 Resolução CMN 4.090/2012, a Cooperativa de Crédito de Mairi – Sicoob Coopemar, aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência ao modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, a Cooperativa de Crédito de Mairi – Sicoob Coopemar, possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

25.2 Estrutura de Gerenciamento de Capital do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil

A estrutura de gerenciamento de capital da Cooperativa de Crédito de Mairi – Sicoob Coopemar, objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, a Cooperativa de Crédito de Mairi – Sicoob Coopemar, aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

25.3 Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil

O gerenciamento de risco de crédito a Cooperativa de Crédito de Mairi – Sicoob Coopemar, objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a Cooperativa de Crédito de Mairi – Sicoob Coopemar, aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação (Sicoob), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), a qual

encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a Cooperativa de Crédito de Mairi – Sicoob Coopemar possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

25.4 Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

26. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

27. Benefícios a empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são equivalentes a no mínimo 1% do salário.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 2017 totalizaram R\$ 2.659,36.

28. Passivos contingentes

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB COOPEMAR, não existem processos judiciais que figura como polo passivo classificados como perdas possíveis ou prováveis.

MAIRI-BA, 20 de março de 2018.

João Almeida de Oliveira
Diretor Administrativo

Valmir Lima Silva
Contador
CRC/BA nº: 023450/O-3

Luciara Andrade de Oliveira
Diretora Operacional



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos vinte e sete dias do mês março do ano de dois mil e dezoito, às 14:00 horas, na sede da Cooperativa de Crédito de Mairi Ltda, situada à Rua Rui Barbosa 152, Centro, nesta Cidade de Mairi – Bahia, nós abaixo assinados, declaramos que, usando das atribuições que, nos conferem o Estatuto Social desta Entidade, examinamos as demonstrações financeiras e sua documentação, concluindo que as atividades compreendidas entre 01 de janeiro á 31 de dezembro de 2017, foram desenvolvidas de forma idônea e transparente. Portanto, recomendamos à Assembléia Geral que aprove as Contas do referido exercício sem restrições.

Mairi, 27 de março de 2018.

Wallace Alves M. de Souza
Coordenador

José Marcos Reis da Silva
Conselheiro Efetivo

Ueslen Cirqueira Rios
Conselheiro Efetivo

RELATÓRIO DE AUDITORIA

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Mairi Ltda. – Sicoob Coopemar Mairi - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis Cooperativa de Crédito de Mairi Ltda. – Sicoob Coopemar, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Coopemar em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades,

em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de

forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da coo-

perativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detec-

ção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe

incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 02 de abril de 2018.

Vinícius Gasparino Rezende de Souza
Contador CRC DF 019168/O-6
CNAI 2068

Diego Rabelo Silva Toledo
Contador CRC DF 019481/O-4
CNAI 2090





SAMP GRÁFICA (75) 3223.1700 - IMPRESSÃO EM 10/04/2018



www.sicoobcoopemar.coop.br